

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Sem gasolina	2
Título: O erro original	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: Respostas às ameaças ao etanol.....	4
Título: Cemig tenta destravar venda de ativos e emissão	6
Título: Crise da PDVSA acentua risco de calote venezuelano	6

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Lauro Jardim****Título: Sem gasolina**

Enquanto Michel Temer promove gastos bilionários com emendas parlamentares, a fiscalização do Ministério do Trabalho contra o trabalho escravo e o trabalho infantil vai parar em todo o país a partir de meados de agosto. O contingenciamento imposto pelo governo federal impedirá, por exemplo, que seja comprado combustível para os carros. Assim, nenhum fiscal poderá ir a campo fazer inspeções ou flagrantes. A fiscalização de condições degradantes de trabalho no campo e em obras também será interrompida.

ECONOMIA

Sem chance

Vale e BHP perderam as esperanças de fazer a Samarco voltar a operar em 2017. Em novembro, a tragédia de Mariana completa dois anos.

PETRÓLEO

Barril derramado

Depois de seis anos, a Chevron se livrou do processo criminal resultante do vazamento de 3.700 barris de petróleo num dos seus poços na Bacia de Campos. O STJ negou o recurso do MPF para prosseguir com a ação.

Custo Brasil

Dos 41 poços exploratórios arrematados no leilão de 2013 da ANP, sabe quantos foram furados? Zero. Sabe o motivo? Nenhum conseguiu até agora licença ambiental. Nesses poços seriam investidos US\$ 5 bilhões.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: O erro original**

O custo fiscal do BNDES, o que é pago pela sociedade, triplicou entre 2007 e 2016. Quem pegou dinheiro a TJLP, durante a alta recente da inflação, chegou a pagar juros reais negativos, de -4%. Só para Belo Monte foram dedicados R\$ 22,5 bilhões, mais recursos do que para o financiamento de rodovias em 10 anos. Os dados são do Livro Verde, em que o banco se defende das críticas.

Há um erro original nesta discussão. O banco reage como se fosse ofensivo duvidar das decisões tomadas por seus gestores, como se todo funcionário estivesse sob suspeição. Numa democracia, qualquer órgão público está submetido ao escrutínio das instituições e tem que prestar contas. O presidente do BNDES diz que o livro é uma prestação de contas. Na verdade, é uma defesa da ideia de que o banco nunca errou. O tom do livro é técnico, mas tem premissas equivocadas. O objetivo da apresentação de Paulo Rabello de Castro é o de ficar bem com os “benedenses”, o que ele conseguiu. Acusou as críticas de serem “pós-verdade” e abonou todas as ações do banco ao longo de seus 65 anos de história. Afirmou que “resta claro e inequívoco que o BNDES nunca desperdiçou recursos preciosos do povo nem jamais os aplicou de forma temerária”.

Nas entrevistas, foi além e defendeu até a ditadura. No governo militar, o banco fez empréstimos com taxas de juros pré-fixadas, numa inflação em escalada, que acabou transferindo bilhões aos seus devedores. Colocou recursos em empresas falidas. Apostou em campeões que acabaram no cemitério das empresas. Isso é História do Brasil e não pós verdade. *No período recente, as controversas hidrelétricas da Amazônia, Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, receberam R\$ 40 bilhões.* O livro sustenta que os projetos eram para garantir a “modicidade tarifária”. Esse é um jargão do governo Dilma, que, com ele, criou uma crise no setor elétrico. Ele chamou de “fantasiosa” a afirmação de que houve uma política de campeões nacionais. Isso era dito abertamente. Luciano Coutinho chegou a afirmar que a política foi deixada de lado por falta de candidatos a campeões. Paulo Rabello precisa conversar com a realidade.

De acordo com o Livro Verde, os empréstimos tinham o custo fiscal de 0,3% do PIB ao ano em 2007, foi a 0,6% durante a crise e chegou a 0,8% em 2015, e 0,9% em 2016, nas contas que o banco fez. Pode ser muito mais, porque os dados precisam ser explicados. Quanto custou ao Brasil se endividar em meio trilhão de reais para financiar o banco? O ministro Meirelles fala em R\$ 117 bilhões em dez anos de subsídios. Quanto custou sub-remunerar o dinheiro do FAT e do PIS/Pasep? Qual foi o custo de oportunidade? O banco escondeu certas

informações até de órgãos controladores, como Ministério Público e TCU, sob o argumento de que são dados protegidos por sigilo bancário. Quem usa 100% de dinheiro público pode usar esse biombo? No livro, o banco expõe dados agregados, mas a natureza das operações continua nebulosa. O TCU tem tido dúvidas razoáveis em relação a operações feitas com o JBS. Algumas vão se esclarecendo, outras permanecem.

Por exemplo: em 2008, o banco aportou quase R\$ 1 bilhão no grupo, através de debêntures, para o grupo comprar a National Beef, nos Estados Unidos. A operação foi proibida pelos órgãos de defesa da concorrência americana. Em vez de exercer a opção de pegar o dinheiro de volta — já que a compra não foi realizada — o banco optou por deixar o dinheiro com o JBS. Fez um aditivo ao contrato, dando tempo até 2010 para que o grupo comprasse o ativo que quisesse no exterior. O TCU e a Polícia Federal acham que isso não faz sentido. E não faz. É injusto falar que o JBS foi financiado para virar um “campeão nacional”. A maioria das operações foi para comprar ativos no exterior, ampliá-los e criar emprego em outros países. Nesse aspecto, o sentido do apoio foi bem diferente do que foi dado a outro controverso empresário, Eike Batista, que bem ou mal investiu no Brasil. E quando diz quanto foi transferido ao JBS é preciso trazer a valor presente. Como sabem os economistas, o valor nominal é enganoso. O BNDES é importante para o Brasil, não é isso que se discute. Mas pode e deve ser questionado, porque é assim que acontece nas democracias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Respostas às ameaças ao etanol

Na edição de quinta-feira, dia 20, esta Coluna começou a apontar os problemas de baixa competitividade enfrentados pelo setor do etanol e do açúcar. Os empresários da área tentam reagir de três maneiras. A primeira delas vai na direção correta. Tenta reduzir os custos de produção. Para isso, foi aumentado o emprego de novas tecnologias genéticas no plantio e no cultivo da cana. Cada vez mais adotam-se técnicas de semeadura, em vez da deposição de soquetes, toda a cultura passou a ser fortemente mecanizada, o emprego de drones tenta localizar falhas para serem mais rapidamente reparadas. As usinas vêm aproveitando melhor o bagaço da cana para produção de energia elétrica e utilizando o vinhoto (resíduo depois da destilação) para obtenção de excedente de etanol. Os resultados, embora expressivos, ainda são insuficientes. O aumento do uso de tecnologia exige pesados investimentos, nem sempre acessíveis a empresas tradicionais e de gestão problemática, especialmente no Nordeste.

As dívidas do setor são da ordem de R\$ 85 bilhões, conforme estimativas do Banco Itaú. Desde 2008, por motivos diversos, foram fechadas 96 usinas. Outro caminho é puxar pelo aumento do consumo de etanol, especialmente do anidro, que vai na mistura com a gasolina. Mas essa opção já deu o que tinha de dar. Hoje, a adição alcançou o teto tecnicamente recomendável, de 27%. Daqui para a frente, o aumento do consumo terá de ser mais consequência do avanço do PIB do que de criação de mercado interno. É por isso que o setor pressiona o governo para conseguir maior competitividade do etanol por meio do aumento de tributos sobre a gasolina, seja pela Cide, seja por meio do PIS/Cofins ou de outros impostos. O que saiu nesta quinta-feira teve objetivos fiscais, mas vai também nessa direção. Há limitações nessa tentativa: exige elevação da carga tributária, o que aumenta a vulnerabilidade do setor a fraudes e à sonegação; é inflação na veia; e limitaria seus efeitos apenas ao segmento de etanol hidratado, o que vai direto no tanque, sem mistura com gasolina.

Para arrancar tratamento favorável do governo, o setor esgrima argumentos que expõem sua vulnerabilidade. Um deles, por exemplo, é tentar convencer as autoridades de que o maior uso de etanol contribuiria para a purificação do ar e, assim, para reduzir as doenças, especialmente do aparelho respiratório. Com isso, baixariam os custos da saúde pública. Mas se é para enfatizar os compromissos do setor com a saúde, não poderiam ser ignorados, como às vezes são, os efeitos nocivos do açúcar, também produto do setor, sobre o organismo humano, especialmente agora que aumentam as incidências de diabetes. Outra linha de argumentação destinada a sensibilizar os políticos vai na direção do cumprimento de metas de redução de emissão de gases do efeito estufa. Para isso, está em exame o programa RenovaBio, com investimentos previstos de US\$ 40 bilhões. Pretende dobrar até 2030 a capacidade produtora de etanol das usinas brasileiras, para 54 bilhões de litros por ano.

Apesar do entusiasmo dos usineiros e dos fornecedores de equipamento para o setor e apesar da iminência de exame de projeto de lei pelo Congresso, a sustentabilidade do programa enfrenta três limitações. A primeira delas são as dificuldades de financiamento a custos baixos, para um setor afogado em dívidas e na inadimplência. Outra é a necessidade estratégica de abrir mais espaço para o petróleo que, de quebra, cumpre o papel de fornecer receitas com royalties para Estados falidos, como o Rio de Janeiro. Questiona-se, também, se o incentivo de carros híbridos e elétricos não seria mais eficiente para o objetivo do cumprimento das metas de redução do efeito estufa do que esse RenovaBio. E a mais séria de todas as limitações, que turvam o horizonte do programa, são as dúvidas crescentes sobre a competitividade do etanol ante o achatamento dos preços do petróleo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: Coluna do Broadcast****Título: Cemig tenta destravar venda de ativos e emissão**

A Cemig tem feito esforços relevantes nos últimos dias para tranquilizar credores quanto ao andamento da venda de seus ativos e também de sua captação externa, de US\$ 1,5 bilhão. O motivo são os vencimentos de R\$ 3,3 bilhões em dívidas entre este mês e novembro na Cemig Geração e Transmissão (GT), mais da metade dos R\$ 5,9 bilhões de 2017. Os compromissos de julho serão honrados com caixa, os de agosto estão sendo renegociados e, a partir de outubro, a companhia terá de contar com a emissão de bônus. Para mostrar solidez à captação externa, uma das informações que circulam é de que a companhia teria atraído três investidores relevantes dispostos a adquirir os papéis a uma remuneração de 9%. Entre eles, estaria o fundo de hedge Third Point.

» Preto no branco. A questão é que os investidores estrangeiros, que já declinaram de levar os papéis da emissão externa em maio, querem ver um bom encaminhamento da venda de ativos. Por isso, a Cemig tem procurado abastecer o mercado com notícias envolvendo a venda das operações mais valiosas, como a Light e a Santo Antonio, e a atração de mais de um sócio para a Renova, numa tentativa de mostrar que existem investidores interessados nos ativos. Procurada, a Cemig não comentou até o fechamento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Internacional****Autor: Luiz Raatz****Título: Crise da PDVSA acentua risco de calote venezuelano**

Economistas acreditam que governo pretende usar Constituinte para ampliar acesso a crédito russo e criar empresas petrolíferas paralelas

A combinação do sucateamento da produção petrolífera na Venezuela com a desvalorização do petróleo, o endividamento da estatal PDVSA e a queda das reservas cambiais ampliou o risco de calote do país para 56%, até junho do ano que vem, e para 91%, até 2022.

Diante desse cenário sombrio, economistas acreditam que o governo chavista pretenda usar a Assembleia Nacional Constituinte, que será eleita no próximo domingo, para ampliar o acesso ao crédito russo e criar empresas paralelas sem o passivo da combalida estatal.

A PDVSA responde por 96% da entrada de dólares no caixa chavista. Um informe divulgado neste mês pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) indica que, desde a chegada de Nicolás Maduro ao poder, em 2013, a produção de petróleo da empresa recuou 31,07%. Já a receita obtida com a venda da commodity caiu 71,17%, afetada também pela queda do preço do barril, que, no período, sofreu desvalorização de 52,08%.

"A produção de petróleo venezuelano vem caindo há vários anos, principalmente em razão da politização de sua direção desde os tempos de Hugo Chávez. Paralelamente, houve um sucateamento da empresa nos últimos anos", disse ao Estado o economista José Toro Hardy. "Agora, Maduro quer usar a Constituinte para passar ao largo da Assembleia, que é controlada pela oposição, e promover a criação de novas empresas, como a Petrosur, autorizada pela Justiça, já que a PDVSA caminha para o default."

Com o fluxo de caixa cada vez mais comprometido, o chavismo viu sua poupança também minguar. As reservas internacionais, desde que Maduro tornou-se presidente, caíram 66,77% e restam US\$ 9,9 bilhões nos cofres do Banco Central da Venezuela.

Na estimativa do economista Francisco Monaldi, apenas 800 mil barris diários da produção diária venezuelana atual – 41,45% do total – geram receita direta para o governo. O restante está comprometido com empréstimos para China, Rússia e a Petrocaribe – programa de auxílio a países caribenhos.

Numa economia com um nível de endividamento baixo, esses números já seriam ruins. Ao longo da gestão chavista, no entanto, tornou-se comum o governo usar o crédito da PDVSA – bem avaliado no mercado – para financiar sua dívida externa. Maduro tem honrado os pagamentos religiosamente, mas a cada ano vencem títulos cada vez mais pesados.

"O governo venezuelano financiou a dívida, não só a externa, mas a interna também com a PDVSA", acrescentou Toro Hardy. "Além disso, o BCV emite dinheiro sem lastro, o que agrava a inflação, que segundo o FMI chegará em 2017 a 1.700%."

O governo tem recorrido a diversas estratégias para honrar a dívida. O primeiro recurso foi cortar as importações e restringir o acesso de produtores privados à moeda estrangeira. Desde 2012, segundo dados da Opep, o país teve uma queda de 72,72% nas importações.

No tempo do presidente Hugo Chávez era comum recorrer a empréstimos chineses que tinham como garantia o petróleo para equilibrar as contas. Mas, no começo do ano, a PDVSA atrasou um carregamento de 3,2 milhões de barris, o

que levou os chineses a "fechar a torneira", que desde 2007 já rendeu empréstimos de até US\$ 60 bilhões aos venezuelanos.

Maduro, então, recorreu aos russos. Em troca, teve de hipotecar o principal ativo da PDVSA, no exterior: a refinaria Citgo, nos Estados Unidos. A estatal russa Rosneft adquiriu em janeiro 49% das ações da companhia em troca de um empréstimo de US\$ 5 bilhões. Meses depois, a Venezuela honrou mais um compromisso de dívida da PDVSA no valor de US\$ 2,6 bilhões. Os próximos títulos da estatal a vencer, em outubro, custarão aos cofres venezuelanos US\$ 6,3 bilhões. "Estão se esgotando as opções", lembra Toro Hardy. "O risco de default é cada vez mais real. Não há mais de onde tirar dinheiro."

MME / ASCOM